

CAÊ E A FUNDAÇÃO DO APÓS

Victor Heringer

“a loucura por excesso de doçura [...]”
O desastre da doçura”
Blanchot

I.

Caetano Veloso fundou a pós-modernidade no Brasil. Essa é minha proposição, que, no entanto, terá que ser reescrita logo adiante.

Quando fundou? Em 1968. Onde? No teatro da Universidade Católica de São Paulo: na etapa semifinal do III Festival Internacional da Canção, da Rede Globo, após tentar cantar “É proibido proibir”. Como? Sendo vaiado e discursando (“Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? [...] Vocês não estão entendendo nada, nada. [...] Chega!” etc.).

Antes de qualquer outra coisa: a pós-modernidade existe? Digamos que não. No sentido historiográfico, ainda somos modernos. Parece, no entanto, que vivemos o fim melancólico do nosso tempo. Ainda guardamos, ao menos, o mais bonito desejo da modernidade: melhorar e melhorar-nos. Mas este, como todo desejo, tem seu lado macabro, e o rosto do anjo da história de Walter Benjamin, horrorizado pela catástrofe do Progresso, é testemunha. Duas guerras mundiais, Auschwitz, Hiroshima, velhos fanatismos, degradação planetária: não espanta que queiramos ruptura. Talvez seja essa vontade, e só, o que nos leva a crer que já vivemos a pós-modernidade ou que uma nova era é iminente. Rouanet talvez tenha razão: o que há é um vácuo civilizatório no estômago da modernidade, e “há um nome para isso”, escreve o ensaísta, “barbárie”.

Mas nós somos íntimos dos bárbaros. Dos doces bárbaros. Do bárbaro tecnicizado do Oswald. Do bárbaro de Benjamin, que constrói com pouco sem olhar para os lados. Da nova barbárie do Décio: abertura total da sensibilidade aos “contatos vivos”. Há décadas a civilização já se rendeu, pelo menos em espírito, à boa barbárie. E só os modernos se acham civilização & cultura: “o termo civilização moderna é um pleonasma” (Bauman). O que Caê queria, nos Sessenta, era “um ‘movimento para acabar com todos os movimentos’”, deu-se a Tropicália. Houve sim, portanto e ao menos para ele, ruptura e instalação de um projeto, se não de uma nova civilização, de uma nova barbárie, uma barbárie terna.

A modernidade, então, já acabou, mas segue firme. Desse modo, mesmo se admitirmos que, em senso estrito, somos modernos, ainda podemos falar em um “pós-” sem complemento, um *após*, após o quê, pouco importa. “Pós-tudo”, diria Augusto de Campos, em que esse “tudo” extrema-se e dilui-se em “nada”. O após é o barbarismo no estômago vazio da civilização: é um passo adiante para cair em mar aberto.

Primeira correção no enunciado: Caê fundou o *após*¹ no Brasil.

II.

Em maio de 1968, o empresário Guilherme Araújo sugere a Caetano que componha uma canção baseada no *slogan* que havia visto numa fotografia da revista *Manchete*, em reportagem sobre os confrontos entre os estudantes e a polícia em Paris. Caê, a princípio, reluta em aceitar a sugestão, mas acaba compondo a canção, que traria no título e repetidas vezes no refrão o “paradoxo engraçado” dos parisienses: “Eu digo sim\ Eu digo não ao não\ Eu digo\ É PROIBIDO PROIBIR”.

Em setembro do mesmo ano, Caetano, convidado a participar do III Festival Internacional da Canção, organizado pela então emergente Rede Globo e que se daria no Teatro da Universidade Católica de São Paulo, decide inscrever “É proibido proibir” no festival. Queria armar um *happening*. E, de fato, a peça causou escândalo. Na etapa eliminatória, Caetano subiu ao palco acompanhado pelos Mutantes, com o cabelo selvagem dos tropicalistas e vestido de plástico verde e preto. Assim que a banda começou a tocar a introdução atonal e ritmicamente indefinida, as vaias começaram. Nessa primeira apresentação, a certa altura Caetano declamou “D. Sebastião, Rei de Portugal”, poema messiânico de Pessoa. Na semifinal, Caê substituiria o poema pelo discurso, improvisado sob intensas vaias e agressões, que se tornou famoso:

Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? Vocês têm coragem de aplaudir, este ano, uma música, um tipo de música que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado! São a mesma juventude que vão sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem! Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada. *Hoje não tem Fernando Pessoa*. [...] O problema é o seguinte: *vocês estão querendo policiar a música brasileira*. [...] Gilberto Gil está comigo, para nós acabarmos com o festival e com toda a imbecilidade que reina no Brasil. Acabar com tudo isso de uma vez. [...] *Nós, eu e ele, tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas*. E vocês? Se vocês forem se vocês, em política, forem como são em estética, estamos fritos!

Se o poema de Fernando Pessoa, no contexto de mistura de formas artísticas (incluindo os malvistas estrangeirismos sonoros) para o qual Caetano o transportara, anunciava, nas palavras do próprio, uma “superação do cristianismo, em que a era do Filho [daria] lugar à era do Espírito Santo, com Marx e tecnologia”, fazê-lo nas dependências de uma universidade católica, em um auditório lotado de estudantes simpáticos à esquerda nacionalista, era uma

¹ *Após*: o próprio termo é movediço. O prefixo “a”, etimologicamente relacionado ao “ad” latino, pode, num esforço de antirrigor, ser lido como o “a” privativo. Assim, inscrita no termo está sua própria negação. Se considerarmos que “pós-moderno” (do qual “após” deriva), por virtude do prefixo carregado de indefinição, já tende a negar seu estatuto de “momento histórico” claramente delimitado, chegamos à conclusão de que o termo é uma negação da negação. Esta noção, como se pode perceber, relaciona-se intimamente com a lógica de “É proibido proibir” (“Eu digo não\ Eu digo não ao não”). O paradoxo é a figura fundamental do nosso tempo.

dupla temeridade. Por si só, esse seria um acontecimento no mínimo significativo para a história da arte brasileira. No entanto, ao substituí-lo pela bravata improvisada, Caê passava da enunciação da superação dos antigos valores para o assassinato simbólico da própria enunciação (“Hoje não tem Fernando Pessoa”): levava a cabo, enfim, a superação não só do “cristianismo”, mas do próprio relato que anunciava a superação. Foi a inscrição, no seio da história brasileira, daquilo que Lyotard chamou de “incredulidade pós-moderna”: já não há grandes heróis nem perigos, nem périplos, nem objetivos. Nenhum Messias, nem Pessoa, nem Caê. Chega.

Claro que as preocupações do Caetano de ‘68 não estavam voltadas para este outono-inverno tumultuado de 2013, e, a julgar pelo tratamento dado pelo autor ao episódio em *Verdade tropical*, a reação da plateia ao *happening* “É proibido proibir” já era esperada e, de certa maneira, menos importante do que outras manifestações tropicalistas. Nada mais natural, visto que chega a ser quase lugar-comum a inversão entre vaia e aplauso, na qual frequentemente a primeira se torna elogio maior do que o segundo. Mas, pela natureza da canção apresentada, podemos dizer que, nessa ocasião, algo além da rejeição a uma arte nova estava em jogo.

Em *O mal-estar na civilização*, Freud afirma que o processo cultural da humanidade e o desenvolvimento do indivíduo são análogos e sugere que persigamos “em detalhes essa analogia”. Isto quer dizer, basicamente, que, assim como o indivíduo é censurado pela instância psíquica que conhecemos pelo nome “superego”, a própria comunidade dos homens formaria um superego coletivo, sob cuja influência censória a cultura se desenvolveria. Se aceitarmos a sugestão, chegaremos à conclusão primária de que a vaia (ou o aplauso, seu gêmeo avesso) nada mais seria do que a manifestação mais ruidosa do superego da comunidade, o externar-se de suas “severas exigências ideais”, tendo como objetivo censurar e angustiar o elemento subversivo.

O que se deu nas duas apresentações de “É proibido proibir”, e sobretudo na semifinal, em que Caê explodiu seu discurso, foi mais do que o externar barulhento das exigências do superego coletivo. Ao vaiar e agredir Caetano, o superego da comunidade se insurgia contra sua própria implosão: a instância psíquica responsável pela censura tentava, às vaiais, censurar a censura da censura, proibir a proibição da proibição. Do outro lado, Caê, ao contestá-lo (“você estão querendo policiar a música brasileira”), reagia proibindo a proibição da proibição da proibição. O nó produzido é claro em sua confusão. Pela configuração mesma das frases acima, nota-se que o que se dá é um movimento em pingue-pongue para o abismo.

Portanto, não somente a música de Gilberto Gil “fundiu a cuca” dos jurados: a fundição, se posso levar o trocadilho adiante, foi generalizada. Instaurou-se, por fim, a “geleia geral”. O que equivale a dizer que não somente a estrutura de festival foi perturbada, mas também a própria estrutura psíquica da civilização. T tamanha perturbação (ainda que causada por uma canção alegadamente desprezível e um discurso improvisado) agitaria também os postulados epistemológicos vigentes na época. A “imbecilidade”, a estagnação intelectual e artística, estava posta em xeque. A própria modernidade se deparou com uma muralha: a reação da plateia, independentemente de sua posição no espectro político dos Sessenta, foi tipicamente moderna. Buscassem os agressores manter, “conservadoristicamente”, uma ordem ou instaurar “progressivamente” uma nova, ainda se tratava da procura pela ordem, por uma estrutura de civilização. Caetano, por outro lado, desejava “livrar-se do Brasil tal como o conhecíamos”, “descobrir uma nova instância para a poesia”, sincretizar, “acabar com todos os resguardos”. Queria o após, sem regra, entregue ao paradoxo. Neste sentido, ao contrário da descrição de Tom Zé, Caetano é um *herói incivilizador*, ou melhor, um anti-herói, o último, que inaugura uma época bárbara sem heróis nem anti-heróis. É o anunciador mal-humorado do Após, aquele que berra: Vai tudo virar água, o sertão vai virar mar aberto.

Uma hipótese: depois da implosão libertária do superego da comunidade, este se refez lentamente em novos moldes. Um novo superego coletivo, avesso à noção mesma de proibição, isto é: que proíbe a proibição, proíbe a proibição da proibição, proíbe a proibição da proibição *ad infinitum*. Este seria, óbvio, um superego paradoxal, pois nega sua própria natureza de instância censória. A hipótese é absurda, mas curiosamente é a consequência lógica do que acabamos de formular.

E talvez o legado mais importante dos movimentos libertários da década de 1960 seja mesmo a persistência dessa ilógica segundo a qual nada do que pode ser afirmado o é sem que traga inscrita em si sua própria negação. Por

essa razão, a figura do paradoxo ergue-se como (a)fundamento do tempo presente. Desse espanto, da contribuição milionária de todos os impasses, nasce o contemporâneo.

Segunda e última correção no enunciado: Caê afundou o após no Brasil.

III.

A turma da qual o Caetano das décadas de 1960 e início de 1970 faz parte situa-se na ponta mais extrema de um píer: para além, é o revoltoso mar aberto do após. De lá, essas figuras acenam para nós.

Há um jogo de pesos e contrapesos em andamento ainda hoje, quando as ideias tropicalistas já foram assimiladas e continuam a ser discutidas. A diluição das oposições estanques, a síntese e o amor ao paradoxo frutificaram no campo das artes, mas pareciam não ter encontrado terreno muito fértil noutros cantos. A reorganização das ideias políticas, ligada à já citada diluição de oposições, parecia ter desembocado num vácuo em que o modo tradicional de fazer política ora recebia influxos conservadores, ora era desprezado ou ignorado. Talvez parecesse, como o já citado Bauman afirma, que empreendemos uma longa estrada circular que nos levou “aonde nossos antepassados outrora principiaram”: no tribalismo, no apego à tradição, aos laços de sangue e nacionalidade, no particularismo e no desprezo pela humanidade. Outro paradoxo: a diluição das oposições estanques parecia ter engessado ainda mais as oposições estanques. Parecia que ficamos mais caretas depois da libertação. Digo tudo isso num pretérito ainda incerto. Daqui em diante, nem Deus sabe.

Mas falei de um píer. No píer estão Caetano, os concretos e demais “avançadores da cultura” dos Sessenta e Setenta. Nós já estamos longe. Quero dizer: Caê foi um dos últimos vanguardistas. O após não tem vanguarda. Nosso tempo não é linear, é aquático, logo ninguém pode estar à frente. Já não há marcha irrefreável adiante: ao menos teoricamente, o anjo de Benjamin pode se acalmar um pouco. Nós estamos n’água: possibilidade de oceano aberto, de encontrar e construir ilhas, formar arquipélagos e abandoná-los assim que outras paragens mais atrativas despontem no horizonte. Tempo sem seta equivale a arte sem decreto.

Terminado o ciclo das vanguardas, o que resta? Que caminhos se abrem ao artista contemporâneo, ao bicho político? Uma potencialidade: a criação de sempre-verdes categorias para compreender o mundo. Não mais “abrir amplamente o portão às artes do significado”, como Bauman caracteriza a “arte pós-moderna”: derrubá-los.

O que interessa, aqui, não é atenuar as contradições ou aparar as arestas do contemporâneo, muito pelo contrário. A exemplo do bárbaro (ainda que doce), o que se quer é afiar e polir as lâminas, para que reluzam mais, e falar com os bilhões de vozes possíveis, mesmo que muitas destas se dediquem a lamentar ou a profetizar o fim do que veio antes de nós. O novo bárbaro diz não ao sim, sim ao não, não ao não ao não, diz NÃOSSIM, núcleo nervoso do paradoxo. No após, amplo e desordenado, cabem todas as vozes e todos os significados, todos os ordenamentos provisórios. Os bárbaros, os vândalos, triunfaram, cruzaram os portões, estão aqui dentro.

Talvez nosso tempo dê um bonito fruto humano: um paradoxal bárbaro, moderno e pós-, uma espécie nova, que guarde em seu código genético tudo o que veio antes, mas que seja anômalo, atonal, pequeno no melhor dos sentidos, pequeno no sentido banderiano. Porque a vida é heresia e o homem é a infração de tudo, heresia ao quadrado. Que a Heresia nos melhore. Que o “pé na realidade” dos ministros e dos comentaristas do possível seja o pé de apoio para todo aquele que deseje saltar. Ao que me parece, não era outro o projeto tropicalista. O que vem após é o que se verá.



Este é o Caderno de Leituras n.19.

Outras publicações das Edições Chão da Feira
estão disponíveis em: www.chaodafeira.com